



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2013.0000629558

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0102475-79.2010.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante ISAURA LOPES THEODORO (JUSTIÇA GRATUITA) e é apelada BRADESCO SEGUROS S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: NEGARAM PROVIMENTO AO APELO. V.U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO (Presidente) e GILSON DELGADO MIRANDA.

São Paulo, 16 de outubro de 2013.

Celso Pimentel
relator
Assinatura Eletrônica

Voto nº 25.758
Apelação nº 0102475-79.2010.8.26.0100
3ª Vara Cível do Foro Central da Capital
Apelante: Isaura Lopes Theodoro
Apelada: Bradesco Seguros S/A
28ª Câmara da Seção de Direito Privado

Ausente invalidez da vítima de acidente de trânsito, mantém-se o decreto de improcedência da demanda por indenização do seguro obrigatório.

Autora apela da respeitável sentença que lhe julgou improcedente demanda por indenização do seguro obrigatório. Nega a ocorrência da prescrição e insiste na pretensão, argumentando com sua invalidez permanente, com seu direito ao importe máximo, sem limitação, e com a impertinência de tabela da SUSEP. Busca a inversão do resultado.

Dispensava-se preparo e veio resposta.

É o relatório.

Tal como constou de anterior acórdão de agravo de instrumento, “ao exame da arguida prescrição, com prazo trienal (STJ, súmula 405), e de seu termo inicial, interessa nada a data do evento, porque o lapso se conta da ciência, pela vítima, da consolidação das lesões (idem, súmula 278)” (fls. 178/180).

Prescrição não há, pois.

Vítima de acidente de trânsito em 7 de janeiro de 2003, a autora, segundo a segunda a perícia do
Apelação nº 0102475-79.2010.8.26.0100 - CAcg26813e

insuspeito IMESC, não apresenta incapacidade “nem lesões resultantes” do evento “que se enquadrem na tabela para cálculo da indenização da SUSEP”. A “fratura de cotovelo esquerdo [...] tratada cirurgicamente em 17/04/2003 [não tem] relação com o acidente”.

Então, ela não faz jus à pretendida indenização, que pressupõe invalidez parcial ou total, mas permanente.

Mantém-se, assim, o decreto de improcedência da demanda, negando-se provimento ao apelo.

Celso Pimentel
relator